



**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03/2022/TCMPA, de 28 de setembro de 2022.**

**EMENTA:** DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE UTILIZAÇÃO POR PARTE DOS JURISDICIONADOS QUANDO DA ELABORAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO MUNICIPAIS (REVISÃO DO PPA, LDO e LOA) DA CLASSIFICAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA (NATUREZA DA RECEITA); CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA (NATUREZA DA DESPESA) E CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL (FUNÇÃO E SUB FUNÇÃO DE GOVERNO), FONTES DE RECURSOS E ESTRUTURA DA CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA, A PARTIR DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2023.

O **TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ**, no uso das atribuições constitucionais que lhe são conferidas, bem como no exercício do poder regulamentar de matérias de sua atribuição no âmbito de sua competência e jurisdição, na forma do art. 2º, II, da Lei Complementar nº 109, de 27 de dezembro de 2016 e dos artigos 3º e 4º, do Regimento Interno (Ato nº 23), por intermédio desta Instrução Normativa de cumprimento obrigatório;

**CONSIDERANDO** a necessidade da criação de métodos e instrumentos de aprimoramento dos procedimentos necessários às ações de controle externo que lhe cabe, bem como, de padronização dos procedimentos dos registros contábeis a serem lançados nas prestações de contas dos municípios sob a sua jurisdição.

**CONSIDERANDO** a competência constitucional, legal e normativa instituída ao TCM PA no âmbito de sua jurisdição, objetivando a regulamentação de matérias que envolvam a gestão e a prestação de contas dos recursos públicos municipais, inclusive quanto à forma e aos prazos, com o objetivo de assegurar o pleno atendimento das regras de regência e a mais ampla transparência e conformidade dos dados disponibilizados ao exercício do controle externo.

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Aprovar e tornar obrigatório, a partir do exercício financeiro de 2023, por parte dos jurisdicionados quando da elaboração dos instrumentos de planejamento municipais (Revisão do Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA) e o processamento dos dados mensais e das prestações de contas dos municípios sob a sua jurisdição do TCM PA, em conformidade com os seguintes ANEXOS desta Instrução Normativa:

I - **ANEXO I:** Classificação da Receita Orçamentária (natureza da receita); (<https://docs.google.com/spreadsheets/d/19jwyrQAiWEBi8Oo9t00SV9rzlPgkDxI5/edit?usp=sharing&oid=112666059680185346774&rtpof=true&sd=true>)



II - **ANEXO II:** Classificação da Despesa Orçamentária (natureza da despesa); (<https://docs.google.com/spreadsheets/d/1UR4-S3gd0V6sxUXDpLnIGGP7mni6G4XG/edit?usp=sharing&oid=112666059680185346774&rtpof=true&sd=true>)

III - **ANEXO III:** Classificação Funcional (Função e Sub Função de Governo); ([https://docs.google.com/document/d/1tPd0QrJ\\_Bt4A4IGN5lp0l0IDRFubgdVM/edit?usp=sharing&oid=112666059680185346774&rtpof=true&sd=true](https://docs.google.com/document/d/1tPd0QrJ_Bt4A4IGN5lp0l0IDRFubgdVM/edit?usp=sharing&oid=112666059680185346774&rtpof=true&sd=true))

IV - **ANEXO IV:** Fontes e Destinação de Recursos; e ([https://docs.google.com/document/d/1tmZ-YRMseBf\\_kib-NFh\\_SEOxKG0Dyl6mU/edit?usp=sharing&oid=112666059680185346774&rtpof=true&sd=true](https://docs.google.com/document/d/1tmZ-YRMseBf_kib-NFh_SEOxKG0Dyl6mU/edit?usp=sharing&oid=112666059680185346774&rtpof=true&sd=true))

V - **ANEXO V:** Estrutura da Classificação Funcional Programática; (<https://docs.google.com/document/d/1n7ji9GGWKbm1EllmAOb2ifYQjaTylVs/edit?usp=sharing&oid=112666059680185346774&rtpof=true&sd=true>)

**Art. 2º.** Os Municípios deverão observar, no que lhes couber, o estabelecido nas **Normatizações**, bem como as **Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC's)** em vigor, emitidas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) quando da implementação de procedimentos contábeis efetivados pelo setor competente de cada órgão.

**Parágrafo único.** Os Municípios também deverão observar as determinações do **Decreto Federal nº 10.540/2020**, que trata do padrão mínimo de qualidade do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle (SIAFIC), em especial o **parágrafo único do art. 18**, visando a implementação de suas diretrizes a partir de 01 de janeiro de 2023.

**Art. 3º.** O descumprimento do disposto nesta Instrução Normativa implicará na aplicação de multa ao responsável, na forma dos **artigos 71 e 72**, da **Lei Complementar nº 109/2016**, sem prejuízo de outras repercussões no mérito das respectivas prestações de contas.

**Art. 4º.** Os casos omissos serão resolvidos pelo Tribunal Pleno.

**Art. 5º.** Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01 de janeiro de 2023, revogando-se as disposições em contrário, em especial, parte da **Instrução Normativa nº 23/2021/TCMPA**.

**Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará**, 28 de setembro de 2022.

\* Este texto não substitui o publicado no <http://tcm.ioepa.com.br/busca/>, Edição nº **1337** DOE TCM PA, de **29/09/2022**.